

MOVIMENTOS SOCIAIS

Fórum Social se alinha ao Planalto

Bancada petista do ministério de Lula vai ao evento na Bahia, mas edição gaúcha mantém distância de partidos

Roldão Arruda

Acontecem nesta semana, no Brasil, duas edições regionais do Fórum Social Mundial. A primeira começa hoje em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e prossegue até sexta-feira, mesmo dia em que será aberta a segunda edição, em Salvador, na Bahia. Aparentemente, as programações seguem a mesma linha de crítica ao modelo neoliberal de globalização e se complementam. Mas é só aparência, porque os eventos apresentam diferenças substantivas na sua organização.

Enquanto Porto Alegre procura seguir o padrão original do fórum e tenta manter alguma distância oficial de governos e partidos, Salvador caminha na direção oposta. Ali, a presença de governos, especialmente o brasileiro, e de partidos, leia-se PT, terá um peso que nenhum outro encontro do fórum já realizado no País teve.

O comitê organizador de Salvador, onde predomina a presença de centrais sindicais, tem até anunciado como um avanço o fato de que, nos debates, representantes de governo terão pela primeira vez as mesmas condições que os enviados por organizações da sociedade civil, sindicatos e movimentos populares. “Condições paritárias”, diz o material de divulgação.

Quase toda a bancada petista do ministério do presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará das mesas. Entre os nomes confirmados aparecem o

de Paulo Vannuchi, de Direitos Humanos; Edson Santos, da Igualdade Racial; Fernando Haddad, da Educação; Carlos Minc, do Meio Ambiente; e Nilcéia Freire, das Mulheres – Samuel Pinheiro Guimarães Neto, de Assuntos Estratégicos, também vai participar. Em algumas mesas haverá representantes do governo estadual, que está nas mãos do PT e é um dos patrocinadores do evento.

Lula vai amanhã a Porto Alegre e no dia 30 desembarca em Salvador. Entre um evento contra o neoliberalismo e outro, passa por Davos, na Suíça, onde será homenageado pelo Fórum Econômico Mundial, que reúne a elite dos pensadores e construtores do modelo neoliberal.

Centrais sindicais predominam no comitê organizador de Salvador

Além de Lula, foram oficialmente convidados quase vinte chefes de Estado. A lista vai de Evo Morales, da Bolívia, a Jacob Zuma, da África do Sul.

ESPAÇO DE DEBATE

Ao ser criado, em 2001, o Fórum Social tinha como proposta criar, à margem de governos e partidos, um espaço internacional de reunião e debates para todos aqueles que têm críticas ao modelo neoliberal. Representantes de governo e de

partidos sempre participaram, mas a convite das entidades participantes. Raramente foram convidados diretamente pelo comitê organizador, como em Salvador.

O comitê do evento baiano tem suas justificativas. A primeira delas é que os chamados governos progressistas que estão sendo convidados praticamente não existiam quando o Fórum Social foi criado, em 2001. Com esses novos governos é possível sentar à mesa para debater alternativas ao modelo neoliberal, segundo Kjeld Jakobsen, presidente do Observatório Brasileiro de Mídia e membro do comitê organizador de Salvador.

“As diferenças são enormes”, diz ele. “Falo a partir da minha experiência. Fui dirigente sindical no tempo do Fernando Henrique e sei que as possibilidades de diálogo com o governo hoje são maiores do que naquela época.”

Ex-diretor da área de relações internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT, Jakobsen também afirma que a presença dos governantes nas mesas é importante para o debate do tema em torno do qual deve girar todo o encontro: Enfrentar a Crise com Integração, Desenvolvimento e Soberania. “Esse é um encontro temático”, explica. Até agora, nenhum presidente, além de Lula, confirmou oficialmente que virá. ●



PREPARAÇÃO – Em Novo Hamburgo, participantes montaram acampamento à espera do início do fórum

Fundadores comemoram 10º aniversário do evento

Wilson Tosta
RIO

Fundadores do Fórum Social Mundial reunirão alguns de seus ativistas mais importantes em seminário de cinco dias, na Usina do Gasômetro, em Porto Alegre, para um balanço dos seus dez anos. No primeiro dia,

participarão, entre outros, os fundadores do fórum Oded Grajew e Francisco Whitaker; o ex-governador petista do Rio Grande do Sul Olívio Dutra; e o líder sem-terra João Pedro Stédile.

Para o último dia, ativistas preveem a “sistematização das grandes questões”, visando a reunião mundial, em Dacar, no

Senegal, em 2011.

“O fórum constrói alguns consensos a partir da diversidade dentro de um campo crítico”, explica o fundador Sérgio Haddad. Ele diz que o encontro tem sido um espaço de crítica aos modelos de desenvolvimento e à organização do capitalismo neoliberal. “O grande valor do seminário deste ano será apontar temas novos ou que ganharam relevância na conjuntura atual, como sustentabilidade, aquecimento global, o fracasso da Cop-15, a preparação da Cop-16, no México.” ●

ESTADOS

Mulher de Cabral defende fornecedor em 28 processos

Alfredo Junqueira
RIO

Um dos principais fornecedores do Estado do Rio e amigo do governador Sérgio Cabral (PMDB), Arthur Cesar de Menezes Soares Filho, dono do grupo Facility, foi buscar no Coelho, Ancelmo e Dourado Advogados sua defesa para litígios na Justiça Trabalhista. O escritório tem como sócia a primeira-dama do Rio, Adriana Ancelmo Cabral, que também é advogada da empresa concessionária do Metrô do Rio – conforme o **Estado** revelou ontem. Levantamento feito no 1º Tribunal Regional do Trabalho (TRT) identificou 28 processos nos quais Adriana e seus colegas defendem a empresa Service Clean, integrante do grupo Facility.

Só na gestão Cabral, a Service Clean recebeu R\$ 57,8 milhões em aditivos a contratos assinados com a administração estadual, de acordo com o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem) do governo do Rio. A empresa atua nas secretarias de Educação e de Ciência e Tecnologia, fazendo serviços administrativos, limpeza, dedetização e distribuição de alimentos.

O faturamento do grupo Facility nas terceirizações da administração estadual supera R\$ 1,2 bilhão nos últimos seis anos,

diz o deputado estadual Alessandro Molon (PT) – que propôs criação de CPI na Assembleia Legislativa. “Quando levantei dados da empresa no governo Rosinha (2003-06), a concentração de contratos já me parecia suspeita”, afirma. “A concentração aumentou no governo Cabral. Isso precisa ser apurado.”

Em pelo menos quatro processos contra a Service Clean, o Estado do Rio e o Departamento de Trânsito (Detran) constam como corréus, na categoria de responsáveis subsidiários.

Sócio e ex-marido de Adriana, o advogado Sérgio Coelho confirmou que a Service Clean é “cliente antiga” do escritório. “Não acredito que alguém possa imaginar que 28 ações trabalhistas, cobradas em valor de mercado, possam ter relevância ou alguma relação com a concessão de serviços”, alegou. Para ele, não há impedimento legal de Adriana ou qualquer pessoa de seu escritório atuarem nessa causa. O secretário da Casa Civil, Régis Fichtner, não vê problema no fato de o escritório da primeira-dama representar uma das principais prestadoras de serviço para o Estado. O grupo Facility informou que seu contrato com o Coelho, Ancelmo e Dourado Advogados existe muito antes de Cabral ser governador: “Qualquer ilação é, no mínimo, desrespeitosa.” ●

DIREITOS HUMANOS

Criação da Comissão da Verdade pode constranger militares e ex-guerrilheiros

Wilson Tosta
RIO

Uma Comissão da Verdade que apure atuação de repressores e militantes da esquerda sob a ditadura de 1964 a 85, como pretende o governo após pressão das Forças Armadas, pode constranger os dois lados. Levantamento do **Estado** mostra que um em cada três ativistas mortos no período (64 de 198, ou 31,8%) não tinha ligação com organizações armadas; o mesmo aconteceu com um em cada quatro (24,3% – 33 em 136) dos desaparecidos. Todos integram partidos contrários ao enfrentamento militar do governo. Já 39,7% (45 em 114 – mais de um terço) das pessoas

cujas mortes são atribuídas por militares à guerrilha não tinham ligações com as Forças Armadas. Alguns morreram por bala perdida, em tiroteios.

A lista de ativistas mortos ou desaparecidos tem 29 pessoas (14 e 15, respectivamente): todos de partidos e grupos doutrinariamente contra a luta armada. Trinta ativistas morreram na prisão, 20 oficialmente por suicídio. Já a relação de civis cujas mortes foram atribuídas pela repressão à guerrilha tem 4 bancários, vítimas em assaltos a bancos, uma empregada doméstica e um cobrador de ônibus.

A criação da Comissão da Verdade, incluída no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) lançado por decreto

to em dezembro, inicialmente previa investigar apenas os crimes cometidos por agentes do Estado. Irritados, os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, além do ministro da Defesa, Nelson Jobim, ameaçaram pedir demissão. O texto foi modificada por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para viabilizar esclarecimento dos crimes cometidos pelos dois lados.

“O que houve no Brasil não foi guerra, foi extermínio”, diz a presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, Cecília Coimbra. O presidente do Clube Militar, general da reserva Gilberto Figueiredo, diz que a mudança feita pelo governo melhorou a proposta. “Ago-

ra, o problema é o esclarecimento dos fatos”, afirma. “Tem que ser para os dois lados.”

Os números podem gerar argumentos para os dois lados. Os dados sobre militantes assassinados sem ligação com a luta armada enfraquecem a versão de militares que defendem a atuação repressiva das Forças Armadas como necessária para enfrentar “guerra suja” movida por militantes armados, nos anos 60 e 70. Já as informações sobre civis mortos pela guerrilha torna difícil sua defesa como enfrentamento militar da ditadura: as 45 vítimas “colaterais” equivalem a cinco vezes os nove membros das Forças Armadas mortos pela guerrilha no período.

Os dados da reportagem foram consolidados com informações da Secretaria de Direitos Humanos e do Grupo Tortura Nunca Mais, além do site Terror Nunca Mais, mantido por militares da reserva. ●

Artigo

A memória coletiva como remédio

Tarciso Dal Maso Jardim*

A polêmica gerada em torno da possível instalação de uma comissão de verdade e reconciliação no Brasil, aos moldes do já feito em outros países, como Argentina, Chile, Bolívia, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai, desnuda um aspecto de nossa história: a dificuldade de reparar as vítimas de nossas barbáries.

Empilham-se temas como o dogenocídio indígena, da escravidão, das torturas, dos desaparecimentos forçados de pessoas e dos extermínios na nossa prateleira, sem que coletivamente os reconhecemos como atrocidades nacionais e reparemos devidamente suas vítimas. Sempre há algum distanciamento que as justifica e gera o sentimento de que suas consequências não devem ser repa-

das. O modelo adotado pela Lei nº 9.140/95 e suas reformas, ou pelo regime de anistiado político, por exemplo, gerou esse sentimento distorcido quando privilegiou a reparação econômica aos familiares das pessoas mortas ou desaparecidas em razão de atividades políticas, de 1961 a 1988, ou àqueles que, de 1946 a 1988, por motivação exclusivamente política, foram punidos, perseguidos ou atingidos por atos estatais.

As indenizações, embora tenham configurado a responsabilidade do Estado nesses crimes e reparado certos danos sofridos, acabaram por ser banalizadas e as vítimas transformadas em credores. As manchetes reforçaram o quantum recebido do Estado por familiares e vítimas, e não a razão pela qual estavam sendo compensadas. A indenização para vítimas de crimes contra a humanidade, apartada dos processos penais, da construção pública da memória e dos programas de reabilitação, revelou-se falha e alienante.

Outras medidas foram sendo tomadas, é fato, como a busca oficial dos restos dos desapa-

recidos políticos, sobretudo dos participantes da Guerrilha do Araguaia. Essa última situação foi objeto de denúncia ao sistema interamericano de direitos humanos e deverá resultar em responsabilidade internacional do Brasil, que pode incluir a obrigação do estabelecimento da verdade do ocorrido e a identificação e julgamento dos responsáveis pelos crimes.

Igualmente, processos foram instaurados, como ações declaratórias para o reconhecimento de torturas ou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental perante o STF, proposta pelo Conselho Federal da OAB, indagando se, em 1979, houve ou não anistia dos agentes públicos responsáveis por crimes de direitos humanos.

Apesar dessas iniciativas, a Comissão da Verdade, aqui compreendida como instrumento da construção da memória coletiva brasileira, será decisiva para alterar o modelo de reparação e de justiça. O objetivo da futura comissão variou nos decretos presidenciais recentes do “esclarecimento das violações de direitos humanos

praticadas no contexto da repressão política para examinar as violações de direitos humanos”, praticadas no mesmo período do regime dos anistiados políticos, de 1946 a 1988, e não no da lei dos mortos e desaparecidos, de 1961 a 1988, que seria mais adequada.

Essa alteração de termos não limitou as funções da comissão, nem lhe extraiu a lógica possibilidade de concluir que as violações graves de direitos humanos no período proposto foram cometidas em contexto de repressão política. O importante nessa construção da memória brasileira é gerar uma narrativa coletiva, mediante audiências públicas e aberto debate, não deixando que período tão amplo, de 42 anos, nos dê somente o título de Comissão da Verdade mais abrangente, ao mesmo tempo que fomenta numa geleia de fatos um reforço à nossa amnésia. ●

*Consultor legislativo do Senado Federal para relações internacionais

